UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília

OFICINA UNIVERSITÁRIA
CULTURA ACADÊMICA Editora

Ajuste Fiscal e Austeridade:

Saída à Direita

Luís Antonio Paulino

Como citar: PAULINO, L. A. Ajuste Fiscal e Austeridade: Saída à Direita. *In*: CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M.; SANTOS, A. (org.). **Os dilemas atuais do Brasil e da América Latina**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 83-108.
DOI: https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-815-6.p83-108

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Ajuste Fiscal e Austeridade: Saída à Direita

Luís Antonio PAULINO

Introdução

Entre 2004 e 2014, a economia brasileira cresceu em média 4% ao ano e a taxa de desemprego caiu de 11,4% para 4,8%. A formalização do emprego cresceu, no mesmo período, de 58% para 68% e o salário real, em 2014, era 35% mais elevado do que em 2004 (BARBOZA; FRANCA, 2016). Segundo o Banco Mundial, o Brasil foi o mais bem-sucedido país da América Latina na luta pela erradicação da pobreza. Em seu último relatório, o banco destaca que o número de brasileiros vivendo com menos de 2,5 dólares por dia caiu de 10% para 4%, entre 2001 e 2013. Tudo parecia indicar que o Brasil havia finalmente deixado para trás a triste sina do *stop and go* do modelo econômico concentrador de renda das últimas décadas e começado a trilhar, ao lado de outras economias emergentes, um novo caminho rumo ao desenvolvimento com distribuição de renda. Parecia que a um só tempo, diminuíam as diferenças entre países ricos e países pobres e as diferenças entre ricos e pobres nos países em desenvolvimento. Muitos falaram em "grande convergência" na economia mundial, na medida em que a renda *per capita* nos países em desenvolvimento passou a crescer mais rapidamente que nos países ricos. A conservadora revista britânica *The Economist,* por exemplo, na edição de novembro de 2009, estampando

https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-815-6.p83-108

um Cristo Redentor como um foguete decolando na capa, previa que em algum momento após a década de 2014, o Brasil se tornaria a quinta maior economia do mundo.

Mas entre a taça e os lábios há certa distância. Não tardou para que os efeitos da crise de 2008, dos quais o Brasil havia escapado inicialmente, ao adotar políticas anticíclicas de estímulo ao consumo e à produção, finalmente atingissem os países em desenvolvimento. O elemento externo detonador da crise, no caso do Brasil, foi a queda no preço internacional das *commodities* minerais e agrícolas. O preço do minério de ferro, principal produto de exportação do Brasil, caiu de US$150/tonelada, no momento de auge, para US$38 no final de 2015. O mesmo ocorreu com o preço de outras *commodities* minerais e agrícolas que o país exporta como aço, soja e petróleo, resultado do aumento internacional da oferta e da queda mundial no consumo. O receio de elevação dos juros nos Estados Unidos, depois de quase uma década de políticas monetárias expansionistas (*quantitative easing*) e de taxas de juros próximas de zero, trouxeram turbulência no mercado financeiro, provocando acentuada desvalorização do Real e elevação da taxa de inflação. Com receita tributária em queda, inflação em alta e pouca margem para reduzir gastos, a Presidente Dilma Rousseff foi reeleita no final de 2014 por uma pequena diferença de votos, prometendo manter os gastos sociais que a oposição conservadora dizia não caberem mais no orçamento do governo. Diante de um clima geral de desconfiança do empresariado, em parte causado pela indecisão do governo em relação a que caminho a seguir, a taxa de investimento privado despencou e taxa de desemprego subiu, alcançando, no final de 2015, 8,2%. Com a inflação em alta, o salário real, em janeiro de 2016, era 7,5% mais baixo do que em janeiro de 2014. Em 2015, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi negativo em 4% e as previsões são o que o mesmo se repita em 2016, podendo, assim, a economia brasileira encolher 8% em apenas dois anos, levando o país à pior recessão da sua história. Incapaz de convencer a opinião pública de que em uma economia sem moeda conversível, o risco de *default* do governo é zero, uma vez que, por definição, um governo não pode se tornar insolvente na moeda em que ele mesmo emite, as discussões sobre o superávit primário passaram a dominar o debate econômico (RESENDE, 2009). O déficit primário do governo central bateu novo recorde em fevereiro de 2016, alcançando R$125,139

bilhões ou 2,11% PIB. O déficit nominal alcançou R$638,572 bilhões ou 10,75% do PIB, com os encargos da dívida pública consumindo R$513,433 bilhões, ou 8,64% do PIB (CAMPOS; RIBEIRO, 2016). Em um cenário de juros altos, com a taxa Selic em 14,25% ao ano, crescimento negativo da economia e incapacidade de gerar superávits primários, a trajetória do endividamento público seguiu em alta. Embora a dívida líquida do setor público permaneça em torno dos menores níveis históricos – 36,8% do PIB, ou R$ 2,186 trilhões – a dívida bruta bateu nova máxima histórica ao superar R$4 trilhões, o que corresponde a 67,6% do PIB, podendo chegar, em 2017, a 80,5% do PIB, segundo previsão do FMI, ante a média de 45,4% dos países emergentes. Na verdade, nada disso seria um grande problema, haja vista que países como Japão e Itália, com moedas conversíveis, apresentam níveis de endividamento do setor público superior a 100% e nem por isso causam pânico entre credores nacionais e internacionais e nem precisam pagar 14,25% de juros para vender seus títulos. Se o país conseguir manter a inflação dentro de limites razoáveis e o seu balanço de pagamentos equilibrado, o tamanho do déficit público é o menor dos problemas. O problema como veremos adiante, no caso do Brasil, é que por trás desta (falsa) discussão sobre o déficit público está outro problema: a serviço de quem está o Estado?

Como chegamos à crise?

Escrever sobre conjuntura é sempre arriscado. Como já afirmou o historiador Eric Hobsbawn, quem escreve sobre acontecimentos recentes sempre corre o risco de ter os calcanhares mordidos pela história. Não creio, entretanto, estar fazendo juízo apressado ao afirmar que a atual crise brasileira não pode ser dissociada da crise econômica global iniciada em 2008 e até hoje não superada e que qualquer governo que tivesse sido eleito em novembro de 2014 teria necessariamente de enfrentar.

Talvez o que imprima tons mais carregados para a crise que o Brasil atravessa seja a extrema dificuldade de se encontrar alternativas imediatas de saída, uma vez que a correlação de forças políticas extremamente polarizadas não permite saída nem à esquerda, nem à direita, levando o país a um impasse. No início da década de 1990, vivemos a crise da hiperinflação, só foi possível encontrar uma saída mais ou menos duradoura

quando foi eleito um governo conservador que bancou uma saída à direita que encontrou um "pagador em última instância" que assumiu de forma definitiva o custo do ajuste: os salários.

Mesmo no período 2002/2003, quando a economia apresentou forte turbulência por ocasião da mudança de governo e eleição do presidente Lula, só um compromisso claro com a agenda conservadora – metas de inflação, superávit primário e câmbio flexível – evitou a eclosão de uma nova crise. Por conta de circunstâncias externas únicas, que discutiremos a seguir, aquele foi um raro momento em que foi possível realizar melhoras na condição de vida dos mais pobres sem mexer com o interesse dos ricos, o que em teoria econômica é chamado de "critério de Pareto". Entretanto, conforme afirma Chang (2015, p. 117): "Na vida real, infelizmente, há poucas mudanças que não prejudicam alguém; assim, o critério de Pareto se torna, na verdade, uma receita para manter o *status quo* e deixar as coisas caminharem sozinhas – ou seja, o *laissez-faire*".

Qualquer crise traz embutido, em última instância, um conflito distributivo, sem a solução da qual a crise tende a se prolongar indefinidamente. Tão logo se encontre alguém que pague a conta, a crise geralmente arrefece. Em entrevista recente ao jornal Valor Econômico, o mais renomado gestor de recursos brasileiro, Luis Stuhlberger, do fundo Verde foi direto ao ponto: "Como rompe o ciclo? Com profundas reformas econômicas, revisão do estado de bem-estar social, reforma do mercado de trabalho, profunda revisão no gasto social estabelecido pela Constituição, maior abertura comercial, governança nas estatais" (SEABRA; BELLOTO, 2016).

Qualquer um que se debruce sobre a história econômica recente e não veja a economia como uma ciência pura despojada de dimensões políticas e históricas, guiada por decisões racionais de indivíduos que desejam sempre o máximo prazer com o mínimo de esforço, há de constatar que independentemente da vontade dos indivíduos e até mesmo das classes sociais a que esses indivíduos pertençam, a economia capitalista se movimenta em ciclos.

Antes do advento do capitalismo, o crescimento da renda per capita era extremamente lento. Segundo, Chang (2015, p. 56), "Entre os anos 1000 e 1500, a Idade Média, a renda *per capita* na Europa Ocidental

cresceu a 0,12% ao ano". Outras áreas do mundo, como a Ásia e a Europa Oriental, inclusive a Rússia, tiveram taxas ainda menores: 0,04% ao ano (CHANG, 2015, p. 57). Diante de um crescimento tão lento, a economia funcionava de maneira estacionária na qual não ocorriam grandes oscilações, que não fossem aquelas provocadas por fatores externos, como guerras, epidemias ou desastres naturais.

Com o advento do capitalismo, essas taxas de crescimento tiveram um salto surpreendente, permitindo que elevações da renda *per capita* que antes demoravam séculos para ocorrer, agora acontecessem em poucas décadas. Com um crescimento anual de 11%, entre 2002 e 2008, a China, por exemplo, apresentou no período de seis anos um progresso material que na Europa medieval levaria 83 anos para ocorrer (CHANG, 2015, p. 57). Em compensação, a economia capitalista entrou em uma espécie de montanha russa em que ciclos de prosperidade e expansão são sistematicamente seguidos por períodos de penúria e contração da atividade econômica e do emprego.

Os elementos detonadores da crise variam de um lugar para outro, de uma época para outra, mas o roteiro das crises é quase sempre o mesmo: períodos de expansão da atividade econômica, com aumento do investimento e do consumo, apoiado no aumento da renda, dos lucros e, sobretudo, do crédito, seguidos por períodos de contração, com redução da taxa de lucro e da renda, aumento do desemprego, da inadimplência e restrição ao crédito, geralmente associado a crises bancárias. No período de expansão, quem mais ganha, geralmente, são os bancos, que criam moeda e ganham fortunas com as diferenças entre os custos de captação e de empréstimo, o chamado *spread* bancário, que no Brasil é o maior do mundo: 34%. Quando a crise chega, são esses mesmos bancos os primeiros a pedir socorro, para evitar "crises sistêmicas". A saída da crise pode ser mais ou menos demorada, dependendo da combinação de remédios adotada. Geralmente há três saídas possíveis: inflação, desvalorização ou deflação. Na primeira, os custos são repassados para os credores, uma vez que os devedores veem o valor real de suas dívidas encolherem; na segunda, os custos são repassados para o exterior, pelo aumento das exportações e redução do valor em dólares dos ativos possuídos por estrangeiros no país e; na terceira, o custo é repassado para os tomadores de empréstimos e devedores em

geral que veem o tamanho real de suas dívidas crescer frente à queda dos preços e dos salários. Como, em geral, os credores são em menor número que os devedores e, geralmente, são os mesmos bancos que ganharam muito antes da crise, é natural que a solução preferida pelo "mercado" seja a terceira, ou seja, a deflação. Mesmo sendo a saída mais lenta e dolorosa, com altos custos sociais em termos de desemprego e queda na renda, é a única saída que garante que os créditos dos bancos junto aos tomadores de empréstimos não se transformem em fumaça. É normal, portanto, que em momentos de crise, a palavra que mais se ouça, sobretudo da boca dos banqueiros, seja "austeridade".

Pouco antes da crise de 2008, alguns economistas achavam que com os novos desenvolvimentos da teoria macroeconômica, os ciclos finalmente teriam sido finalmente domados. Robert Lucas, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1995, escreveu em 2003: "[*The*] *central problem of depression prevention has beem solved, for all practical purposes*" (RODRIK, 2015, p. 134). Doce ilusão...

A mais recente crise mundial, iniciada em 2008, nos Estados Unidos, não fugiu à regra. A partir de meados da última década do século XX, a economia mundial expandiu-se rapidamente com base em um ciclo de inovações, sobretudo nas áreas de informática, tecnologia de informações, comunicações e transportes, tendo como centro dinâmico os Estados Unidos. Foi um período de expansão de toda a economia mundial.

A expansão do consumo nos Estados Unidos alimentou os investimentos e exportações da China, que alimentou a demanda por *commodities* da América Latina. Diante da redução das margens de lucro, resultado do acirramento da concorrência pelo domínio de fatias maiores do mercado, grandes massas de capitais procuraram formas alternativas de valorização que, no caso específico desta crise, resultou em uma bolha especulativa no mercado imobiliário norte-americano e outras bolhas especulativas nos mercados imobiliários e de *commodities* internacionais.

Quando a bolha explodiu, em 2007, iniciou-se o processo inverso. A contração do consumo nos Estados Unidos derrubou as exportações e o crescimento da China que, por sua vez, derrubou os preços das *commodities* da América Latina. A crise se propagou por toda a economia mun-

dial, na forma de sucessivas crises de endividamento, na medida em que as dívidas contraídas por empresas e por governos no período de expansão não tinham mais como ser pagas ou refinanciadas.

Após abalar a economia dos Estados Unidos, deixando milhões de pessoas endividadas e desempregadas, a segunda onda de choque atingiu a União Europeia, sobretudo os países com economias mais frágeis, como Irlanda, Itália, Espanha, Portugal e Grécia – os PIIGS – provocando efeitos igualmente devastadores. Na Espanha e na Grécia, a taxa de desemprego atingiu 25%. A terceira onda atingiu os países em desenvolvimento, inclusive o Brasil. A economia chinesa, que vinha crescendo a taxas próximas de 10% nos últimos 30 anos, viu seu crescimento reduzido a pouco mais da metade desse valor, e foi obrigada a mudar rapidamente seu modelo de desenvolvimento. Em 2015, a economia da China cresceu 6,9%, a menor taxa dos últimos 25 anos, sendo que o setor que mais contribuiu para o crescimento foi o setor de serviços. No primeiro trimestre de 2016, a China cresceu 6,7% em relação aos doze meses anteriores, sendo que o setor de serviços cresceu 7,6%, respondendo por 56,9% do crescimento total (ZHIMING; YANFEI, 2016). A economia da Rússia também entrou em crise. O PIB russo apresentou um índice negativo de 3,7%, em 2015, com a perspectiva de repetir o mesmo desempenho negativo em 2016. No caso do Brasil, a economia ainda cresceu cerca de 2% em 2013, mas a partir daí entrou numa espiral decrescente, resultando num crescimento negativo de cerca de 4% em 2015, com perspectiva de encolher novamente em 2016, podendo acumular um crescimento negativo em torno de 8% num período de dois anos.

O QUE HÁ DE ESPECÍFICO NA CRISE BRASILEIRA?

Se não é possível entender a crise brasileira sem levar em conta as circunstâncias internacionais nas quais está inserida, também é preciso reconhecer que a maneira como cada país reage à crise depende também das circunstâncias internas. A crise mundial coloca uma série de ameaças, e eventualmente de oportunidades, para cada país. Como cada um reage à crise e é mais ou menos afetado por ela, vai depender das suas próprias forças e fraquezas. Por isso, os impactos da crise global são diferentes em cada país. O que para um pode ser um resfriado, para outro pode ser uma

pneumonia mortal. A crise é como uma doença que contamina diferentes grupos de pessoas. Alguns, com a saúde mais frágil, não resistem e morrem; outros em melhores condições de saúde, resistem e se recuperam. A recuperação pode ser rápida para uns, mais lenta para outros. Podem não deixar sequelas em alguns, mas comprometer definitivamente a saúde de outros. A analogia não é a mais adequada, pois não há como um país "morrer" e nada é definitivo em economia e política. Mas fato é que o grau de sofrimento e o tempo de recuperação podem variar bastante de um país para o outro, dependo de como esteja, se mais ou menos preparado para enfrentar a crise e, sobretudo, dos remédios administrados.

Depois das turbulências de 2002/2003, provocadas por desconfianças do mercado em relação à ascensão ao poder de um governo de esquerda, a economia brasileira entrou, graças a circunstâncias únicas que talvez não mais se repitam, em uma rota de forte expansão que durou pelo até 2009. O crescimento mundial, até a eclosão da crise, em 2008, foi sustentado por duas poderosas forças: a expansão do consumo nos Estados Unidos e o rápido crescimento da China.

Nos Estados Unidos, o crescimento foi sustentado pela forte expansão do consumo e do setor imobiliário. A valorização dos imóveis, alimentada pela farta oferta de crédito, levou à formação de uma bolha especulativa que ao explodir, em 2008, levou o sistema bancário norte-americano à beira da falência. Pessoas sem nenhum histórico de crédito, os chamados *subprime*, podiam adquirir diversos imóveis, cujas hipotecas eram empacotadas em produtos financeiros sofisticados pelos bancos de investimento norte-americanos e vendidas com avaliação *Triple A* dada pelas agências de risco – as mesmas que agora rebaixam a avaliação dos títulos soberanos do Brasil – alimentando um processo especulativo em que hipotecas eram resgatas com novas hipotecas e o consumo das famílias se expandia com base nessa falsa sensação de riqueza. Também contribui para a expansão do crédito, o fato da China e outros países que exportavam para os Estados Unidos reciclarem seus superávits comerciais, adquirindo títulos do Tesouro americano ajudando, assim, a financiar a baixo custo essa orgia de consumo.

O crescimento da China, a segunda turbina a impulsionar o crescimento da economia mundial nesse período, foi alimentado principalmente pela expansão das exportações de bens manufaturados, em grande

parte para os Estados Unidos, e pelos investimentos internos em infraestrutura e habitação, e pelo aumento do consumo interno decorrente do rápido processo de urbanização da China. A economia chinesa já vinha crescendo a taxas próximas de 10% ao ano, há três décadas, resultado do processo de reforma e abertura iniciado em 1978, mas que ganhou grande impulso na primeira década do século XXI, quando a China entrou para a Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, e conseguiu inserir-se estrategicamente nas cadeias globais de produção das principais indústrias de montagem, tornando-se a "fábrica do mundo". Pequenas vilas de pescadores na costa leste, com Shenzen e Yiwu, se tornaram em poucos anos metrópoles com milhões de habitantes atraindo trabalhadores de todo o interior da China. Investimentos em infraestrutura e empreendimentos habitacionais multiplicarem-se por todo o país, transformando a China em um gigantesco canteiro de obras. A necessidade de importação de matérias-primas para sustentar esse crescimento vertiginoso levou ao ciclo inédito de valorização de *commodities*.

Essas duas poderosas turbinas fizeram a econômica mundial decolar e sustentar seu voo por quase uma década. Mesmo quando em 2008, com o estouro da bolha imobiliária, os Estados Unidos e em seguida a Europa tiveram suas economias em declínio, a China continuou a sustentar o crescimento mundial por mais alguns anos, até que ela própria sentisse os impactos da crise a partir de 2012 e fosse obrigada a mudar seu modelo de crescimento.

Esse período de expansão da economia mundial refletiu-se no Brasil de duas formas: pelo aumento dos preços e das quantidades exportadas das *commodities* minerais e agrícolas e pelo aumento do investimento direto estrangeiro. Esse ciclo de alta das *commodities* melhorou de formas significativas as relações de troca do Brasil, levando alguns economistas a pôr em dúvida se a tendência secular de deterioração dos termos de troca apontada pelos economistas da escola estruturalista latino-americana como uma das causas do subdesenvolvimento latino-americano continuava válida. A entrada de investimento direto estrangeiro, inicialmente para financiar empreendimentos relacionados à produção e exportação de *commodities* e exploração do petróleo do pré-sal, mas também para financiar investimentos industriais e no setor de serviços, contribuiu para criar

um forte clima de otimismo em relação ao Brasil. A imagem do Cristo Redentor decolando na capa da revista *The Economist* na edição de novembro de 2009 é emblemática e demonstra o clima de otimismo do mundo em relação ao Brasil:

> *China may be leading the world economy out of recession but Brazil is also on a roll. It did not avoid the downturn, but was among the last in and the first out. Its economy is growing again at an annualised rate of 5%. It should pick up more speed over the next few years as big new deep-sea oilfields come on stream, and as Asian countries still hunger for food and minerals from Brazil's vast and bountiful land. Forecasts vary, but sometime in the decade after 2014 – rather sooner than Goldman Sachs envisaged—Brazil is likely to become the world's fifth-largest economy, overtaking Britain and France. By 2025 São Paulo will be its fifth-wealthiest city, according to PwC, a consultancy.*

Esse ciclo das *commodities* refletiu sobre a economia brasileira de diferentes formas. A balança comercial passou a apresentar superávits crescentes, mesmo com o aumento de importações de bens manufaturados e insumos industriais.

Uma das consequências da forte entrada de divisas provenientes da exportação de *commodities* e da entrada do investimento direto estrangeiro foi a valorização cambial. A taxa de câmbio nominal que, em 2003, havia subido para R$3,07, atingiu, em 2008, o valor de R$1,84/dólar, barateando as importações e outros gastos no exterior. Diversos economistas passaram a suspeitar de que o Brasil estaria sendo acometido pela chamada "Doença Holandesa", ou seja, um processo de desindustrialização prematuro provocado pela perda de competividade da indústria decorrente da valorização excessiva do Real frente ao dólar. Segundo Bresser-Pereira,

> A doença holandesa é uma falha de mercado que atinge todos os países em desenvolvimento que dispõem de recursos abundantes e baratos. Esses recursos dão origem a uma "renda ricardiana", ou seja, uma renda que não decorre da produção mais eficiente, mas de diferenciais de produtividade originados nos recursos naturais do país. Quando um país sofre da doença holandesa, a taxa de câmbio que equilibra sua conta corrente é mais apreciada que a "taxa de câmbio de equilíbrio industrial", ou seja, do que a taxa de câmbio que torna viável a produção de bens comercializáveis que empregam tecnologia no estado da arte. Dependendo da gravidade da doença holandesa, ela pode inviabilizar

> completamente a indústria de um país, o que ocorre com muitos produtores de petróleo. (Bresser-Pereira, 2010, p. 8).

Os sinais do processo de desindustrialização e de reprimarização das exportações brasileiras estavam evidenciados nas mudanças da pauta de exportações do país. Em 2009, pela primeira vez em 30 anos, a exportação de *commodities* superou a exportação de manufaturas.

Muitos críticos acusaram o governo de estar praticando o que chamaram de "populismo cambial", ou seja, promover artificialmente a elevação do poder de compra dos salários por meio da redução de preços dos bens de consumo decorrente da valorização da taxa de câmbio.

De fato, durante período 2003-2010, a renda do trabalho expandiu-se rapidamente. Provavelmente foi a primeira vez na história do país em que um ciclo de expansão da economia contribuiu para melhorar as condições sociais da população e melhorar a distribuição de renda, dado que em todos os ciclos anteriores, sobretudo durante o chamado "milagre econômico" da década de 1970, o resultado do crescimento foi o aumento da concentração de renda.

Duas iniciativas tomadas no governo Lula foram decisivas para a melhoria da distribuição de renda: os programas de redução da pobreza e o aumento real do salário mínimo. Depois da criação do Programa Fome Zero em 2003, a estratégia de combate à pobreza foi aperfeiçoada e diversas ações foram integradas no Programa Bolsa Família. O número de famílias beneficiadas aumentou de forma acelerada e, em 2005, o Bolsa Família já transferia 0,3% do PIB e beneficiava 8,7 milhões de famílias (BRASIL, 2010). Ao mesmo tempo, teve início a política de recuperação do salário mínimo, visando recuperar as perdas do período de inflação alta. O aumento real do salário mínimo, na média anual, foi de 3,72% em 2004, e de 6,96% no ano seguinte. Em 2006, o reajuste atingiu 16,7%, o maior percentual do período. Com base na Lei n.º 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que estabeleceu a política de longo prazo para o valor mensal mínimo recebido, o cálculo do aumento passou a ser feito pela regra de que, a cada ano, o aumento do salário mínimo corresponderá à variação do PIB do ano retrasado mais a inflação média do ano anterior medida pelo Índice Nacional de Preços ao

Consumidor (INPC). Um subproduto da política de valorização do salário mínimo foi a elevação no pagamento dos benefícios previdenciários, aumentando a renda disponível para a maioria dos aposentados e pensionistas do INSS (BRASIL, 2010). Outros mecanismos também ajudaram a desenvolver o mercado doméstico. Entre eles, destacam-se a criação do crédito consignado e reestruturação da folha de pagamentos do governo federal. Em 2006, houve aumentos salariais para as carreiras típicas de Estado, além da ampliação de contratações por concurso público e substituição de terceirizados. Com essas medidas, o gasto com pessoal subiu de 4,3% (2005) pra 4,5% do PIB em 2008 (BRASIL, 2010, p. 14).

A partir de 2006, o governo federal passou a aumentar seus investimentos e a criar mecanismos para que as empresas também pudessem ampliar seus negócios. Em 2007, as despesas federais de investimento em infraestrutura foram consolidadas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com investimentos previstos para o período 2007-2010 de R$504 bilhões, divididos em energia (R$275 bilhões), infraestrutura social (R$171 bilhões) e logística (R$58 bilhões), o que permitiu que o investimento em capital fixo no Brasil aumentasse de 15,4% do PIB, em 2003, para 19%, em 2008. Para esse aumento dos investimentos também foram decisivos os empréstimos do BNDES que aumentaram de R$33,5 bilhões, em 2003, para R$90,9 bilhões, em 2009. O PAC promoveu também desonerações tributárias para incentivar o investimento privado e alavancar o crescimento do mercado de massas no Brasil, que aconteceu principalmente na construção residencial e no setor de bens de consumo duráveis. Em 2008, o lançamento da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) levou a novas desonerações, com aproveitamento mais rápido de créditos tributários para investimentos e redução do IPI, além de outros incentivos tributários específicos, que beneficiaram setores com a construção pesada e empresas de alta tecnologia, como de semicondutores e de computadores (BRASIL, 2010, p. 16).

Destaque-se também que o mercado de crédito acompanhou a aceleração da economia. O volume de crédito "livre", que não é dirigido para uma atividade específica, duplicou entre dezembro de 2005 e dezembro de 2008. O crédito habitacional cresceu 73% entre 2006 e 2008 e o crédito agrícola expandiu-se de forma pronunciada. O Plano Safra aumen-

tou de R$54 bilhões no período 2006-2006 para R$78 bilhões em 2008-2009 (BRASIL, 2010, p. 17).

Com o agravamento da crise internacional no final de 2008, o mercado brasileiro sentiu a rápida e acentuada contração na oferta de crédito e ocorreu um grande fluxo de saída de capitais do país. Houve retração do comércio global, afetando as exportações brasileiras. Com a redução da confiança dos consumidores e das empresas, a demanda doméstica caiu e o país enfrentou dois semestres consecutivos de queda no PIB (BRASIL, 2010, p. 18).

É importante destacar que todas essas medidas não significaram, no período 2003-2010, uma redução expressiva do superávit primário, que passou de 2,5% do PIB no triênio 2003-2006 para 2,3% em 2006-2008 (BRASIL, 2010). Da mesma forma, a dívida bruta do setor público, que estava em 48% do PIB no final de 2005, continuou a recuar e caiu para 37,34% no PIB, em 2008 (BRASIL, 2010, p. 18).

O governo brasileiro reagiu à crise tomando medidas emergenciais com o objetivo de reduzir seus efeitos sobre o país, sobretudo sobre a renda das famílias. Uma das medidas mais importantes foi o aumento da transferência de renda para as famílias que passou de 6,9% do PIB, em 2002, para 8,6% do PIB, em 2008, e 9,3% do PIB, em 2009. O salário mínimo foi aumentado em 12%, em 2009. Apesar da crise, não houve corte nos investimentos: a União investiu o equivalente a 1% do PIB e a Petrobrás, 2% (BRASIL, 2010, p. 18). A política de desonerações tributárias foi expandida, o que gerou aumento da renda disponível às empresas. O cronograma de reajustes salariais e contratações para o serviço público não foi alterado em 2009. O governo federal tomou medidas para expandir a liquidez da economia, restabelecer as condições de crédito. Houve redução dos depósitos compulsórios do sistema bancário e o governo disponibilizou 3,3% do PIB ao BNDES, o que possibilitou oferta de linhas especiais de crédito de curto prazo ao setor produtivo. Os bancos públicos – Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal – aumentaram a oferta de crédito em 33% entre setembro de 2008 e julho de 2009 (BRASIL, 2010, p. 19). Em janeiro de 2009, o Banco Central deu início à paulatina redução da taxa básica de juros, que recuou dos 13,75% vigentes em setembro de 2008 para 8,75% em meados de 2009. Mas o principal instrumento do Governo Federal para estimular a recuperação econômica foi a redução

temporária de impostos. Essas reduções começaram no final de 2008, com a redução das alíquotas de IPI para o setor automotivo e foram estendidas em 2009 para outros setores: bens de consumo duráveis, construção, bens de capital, motocicletas, móveis e alimentos. Outra medida tomada foi o lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida, com o objetivo de promover a construção de um milhão de novas residências, com um subsídio total equivalente a 1,2% do PIB. Esse conjunto de medidas permitiu que, apesar a crise, o PIB crescesse 5,1% e se mantivesse estável em 2009 com um crescimento de 0,2% (BRASIL, 2010, p. 19). Em 2010, o PIB brasileiro cresceu 7,6%, a maior alta desde 1985 (BRASIL, 2010, p. 20).

O balanço da economia brasileira no período 2003-2010 apontava para a consolidação de um novo modelo de desenvolvimento econômico, apoiado no tripé estabilidade econômica, crescimento com geração de empregos e distribuição de renda. O que ocorreu a partir de 2011, quando a presidente Dilma Rousseff assumia seu primeiro mandato, e viria mostrar que as bases desse novo modelo não eram tão robustas quanto se imaginava e, sobretudo, que os conflitos distributivos, que a implementação de tal modelo implicava, não encontrariam respaldo social suficiente dos segmentos melhor situados na ainda extremamente desigual escala de distribuição de renda da sociedade brasileira.

Para os críticos do governo Dilma, a causa principal da derrocada da economia brasileira a partir de 2014, estaria no abandono da fórmula de sucesso implementada, a partir de 1999, no governo Fernando Henrique Cardoso e seguida no primeiro governo Lula, baseada no tripé metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante. Segundo Oreiro (2013):

> Nos últimos meses diversos analistas têm entoado um réquiem para o tripé macroeconômico (metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante), vigente no país desde 1999. Argumenta-se que embora não tenha sido formalmente anunciado, na prática o governo Dilma Rousseff teria abandonado o regime de metas de inflação em favor de um regime de meta de taxa de juros, substituído a (sic) livre flutuação da taxa de câmbio por um regime de câmbio administrado e sepultado o compromisso com a obtenção de metas de superávit primário por intermédio da assim chamada "contabilidade criativa". O abandono do tripé seria o responsável por um aumento do grau de discricionariedade (para não dizer irresponsabilidade) na condução da política macroeconômica, o que estaria se traduzindo na redução da taxa de

> crescimento da economia brasileira em função dos efeitos que o aumento da incerteza macroeconômica tem sobre a decisão de investimento em capital fixo.

Giambiagi e Schwartsman (2014) e Giambiagi e Pinheiro (2012), economistas liberais extremamente críticos da gestão macroeconômica do governo Dilma, atribuem os problemas ao aumento das despesas primárias do governo e seu ao viés intervencionista. Segundo Giambiagi e Pinheiro (2012, p. 15), "[o] Brasil vive há três décadas numa espécie de 'mundo da fantasia', em que a economia, em geral, e o gasto público, em particular, são conduzidos como se não tivessem limites". Na mesa linha, Giambiagi e Schwartsman (2014, p. 239) afirmam:

> [o] que está acontecendo no Brasil nos últimos anos é uma decorrência natural de (más) escolhas feitas no passado. A ênfase excessiva no consumo, o intervencionismo exacerbado, o descaso com os sinais de aumento da pressão inflacionária, o desleixo fiscal, o abuso da "contabilidade criativa" etc. só poderiam ter tido com consequência o estada de coisas que estamos assistindo [...].

O denominador comum de todas as visões críticas ao governo é o abandono por parte do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) da orientação da política macroeconômica estabelecida pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e seguida parcialmente no primeiro governo Lula (2003-2006), baseado no tripé metas de inflação, superávit primário, câmbio flutuante em favor de uma política de inspiração keynesiana que procurava combinar queda nos juros, alta do dólar e política fiscal anticíclica que ficou conhecida como "nova matriz macroeconômica". Todos são igualmente críticos à Constituição de 1988 que teria criado um estado de bem-estar social no Brasil que não cabe dentro do orçamento do governo e que só pode ser mantido à custa do endividamento crescente do Estado, uma vez que a carga tributária atual de 36% do PIB atingiu um patamar além do qual a aprovação de qualquer aumento tornou-se cada vez mais inviável e custosa no Congresso.

No que diz respeito a esse último aspecto, um exemplo frequentemente citado pelos críticos da política fiscal do governo é a questão da previ-

dência social. Quando a Constituição de 1988 foi promulgada, ampliando o acesso à Previdência Social, a despesa com aposentadorias representava 2,5% do PIB. Atualmente, o INSS gasta com o pagamento de benefícios, cerca de 7,5% do PIB. As reformas aprovadas em 2003 e regulamentadas em 2012, estabelecendo um teto único para aposentadorias nos setores públicos e privado, além do qual a complementação deve ser feita por meio de fundos fechados de previdência com base da contribuição individual dos trabalhadores já representou, em perspectiva, um corte importante nessas despesas no futuro, mas não altera substancialmente a situação atual.

Austeridade e ajuste fiscal: a saída à direita para a crise

Se pudéssemos resumir os termos do debate atual em torno das possíveis saídas para a crise poderíamos alinhar as diferentes propostas em torno de duas escolas de pensamento econômico: a neoliberal e a keynesiana.

A visão neoliberal, como vimos acima, atribui a crise "à ênfase excessiva no consumo" e "ao desleixo fiscal", ou seja, ao aumento do déficit público. É uma maneira estranha de ver a crise, pois é como se alguém que saísse de casa para adquirir um carro ou uma geladeira estivesse contribuindo para a queda do PIB. A respeito desse paradoxo há um famoso debate entre o economista inglês Richard Kahn e Hayek, na Universidade de Cambridge, relatado pela contemporânea de Keynes, Joan Robinson no qual R. F. Kahn pergunta a Hayek, "Se eu sair amanhã e comprar um casaco novo, isso vai aumentar o desemprego?", ao que responde Hayek: "Sim... mas seria necessária uma longa discussão matemática para explicar o porquê". (BLYTH, 2013, p. 144).

De acordo com esse modo peculiar de ver as coisas, a origem da crise está, em parte, no aumento da oferta de crédito por parte do setor bancário estatal (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES), que levou a um aumento de consumo, sem o correspondente aumento da oferta. Parte desse aumento de consumo teria sido atendida pelo aumento das importações, tornadas mais baratas pela valorização da taxa de câmbio provocada pelo aumento dos preços internacionais das *commodities* minerais e agrícolas que o Brasil exporta. A esse fato, alguns críticos do gover-

no atribuíram o nome de "populismo cambial". Só não explicam como o governo poderia evitar a valorização do câmbio, se eles próprios defendem que uma das virtudes do modelo macroeconômico vitorioso que o governo teria abandonado era exatamente o câmbio flexível.

Os esforços do governo para manter o câmbio minimamente competitivo, aumentando o volume de reservas a mais de US$375 bilhões contribuem diretamente para o aumento da dívida pública, uma vez que a diferença entre a remuneração dos títulos do Tesouro americano, adquiridos com as reservas em dólar, e dos títulos do Tesouro brasileiro, que o governo emite para comprar essas reservas impacta diretamente no aumento do déficit público. Se considerarmos, por exemplo, que as reservas estejam aplicadas em título do Tesouro dos Estados Unidos com vencimento de 20 anos, que pagam em torno de 2% ao ano e o que o governo brasileiro emite títulos indexados à taxa Selic, que está em 14,25% ao ano, para retirar de circulação os reais equivalentes ao valor das reservas adquiridas, o custo anual de manutenção dessas reservas seria de aproximadamente US$45 bilhões ou R$170 bilhões, quase 3% do PIB.

A outro motivo da crise, o "desleixo fiscal" e o "intervencionismo exacerbado" estariam, de um lado, associados à insistência do governo em manter e expandir um estado de bem estar social "que não cabe no orçamento" e, de outro, às inúmeras inciativas tomadas pelo governo, seja na forma de isenções fiscais, seja na forma de crédito subsidiado, com o objetivo de estimular o investimento produtivo privado e reduzir o custo de produção das empresas domésticas, visando aumentar sua competitividade.

Os principais ícones desse "desleixo e intervencionismo" seriam, além do já citado gasto previdenciário, os inúmeros programas sociais do governo que listamos resumidamente abaixo conforme levantamento feito por Nascimento (2013):

- **Bolsa Família**: criado em 2003, é a principal ação do governo federal para a redução da miséria. Atende atualmente mais de 13 milhões de famílias com renda *per capita* inferior a R$140 por mês e/ou que tenham em sua composição gestantes, crianças ou adolescentes de entre 0 e 17 anos. Para receber o benefício, é preciso atender a vários requisitos, entre eles, manter os filhos na escola. O valor pago a cada grupo familiar varia

de R$70 a R$306, no máximo. A estimativa de custo desse programa para os cofres públicos, em 2015, foi de R$27 bilhões, ou 0,5% do PIB.

- **Brasil Carinhoso**: trata-se de um complemento ao Programa Bolsa Família, visando reduzir a extrema pobreza entre grupos familiares com crianças e adolescentes até 15 anos. As famílias beneficiadas pelo programa podem receber até R$235 mensais. Ao todo, 16,4 milhões de brasileiros deveriam ser beneficiados pela iniciativa.
- **Rede Cegonha**: criado em 2011, a Rede Cegonha foi o primeiro grande programa social criado pela presidenta Dilma Rousseff. Consiste em um sistema de monitoramento universal das gestantes para a prevenção da mortalidade materna no país. As gestantes têm direito a auxílio financeiro para o deslocamento às consultas de pré-natal e à unidade de saúde onde será realizado o parto. O objetivo é ampliar o acesso de atendimento obstétrico às mulheres de baixa renda, além de humanizar a assistência oferecida nas unidades do Sistema Único de Saúde (SUS).
- **Minha Casa, Minha Vida**: o programa foi criado em 2009, ainda durante o governo Lula, com base no financiamento habitacional urbano e também rural. Há duas modalidades de atendimento: o primeiro para famílias com renda até R$ 1,6 mil, enquanto o segundo contempla grupos familiares com renda de até R$ 5 mil. A primeira etapa do programa resultou na entrega de mais de 1 milhão de moradias. A segunda fase, ainda mais ambiciosa, pretendia entregar mais 2 milhões de casas e apartamentos até 2014.
- **Luz para Todos**: o governo federal lançou o programa em novembro de 2003. O objetivo é levar energia elétrica a todos os domicílios rurais do país. O programa foi desenvolvido pelo Ministério das Minas e Energia, que na época era comandado por Dilma Rousseff, hoje presidenta da República. A meta da primeira fase de atender 10 milhões de pessoas estava prevista para ser alcançada em 2008, mas só o foi no ano seguinte. Em 2012, a União anunciou que mais 14,4 milhões de moradores rurais de todo o Brasil já eram contemplados com eletricidade em suas casas.
- **Prouni**: criado em 2004, o Programa Universidade para Todos (Prouni) concede bolsas de estudo, parciais ou integrais, a estudantes de baixa renda. São direcionadas a cursos de graduação e sequenciais, em ins-

tituições privadas de educação superior. Em contrapartida, o governo federal oferece isenção de alguns tributos às entidades de ensino que participem do Programa. São contemplados estudantes da rede pública de ensino ou que tenham estudado na rede particular como bolsistas integrais. É preciso ainda ser de uma família com renda *per capita* familiar máxima de três salários mínimos e obter boas notas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Mais de 1 milhão de estudantes, sendo 67% com bolsas integrais, já foram atendidos.

- **Pronatec:** semelhante ao Prouni, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal em 2011. O objetivo é ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Além da criação de cursos técnicos gratuitos, o projeto também inclui a concessão de bolsas para estudantes matriculados no Ensino Médio. As vagas gratuitas são destinadas a pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes e trabalhadores.
- **Viver sem Limite**: com o nome oficial de Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, trata-se de um megaprojeto, que reúne ações de 15 ministérios e do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE). Criado em 2011, tem como objetivo melhorar a vida dos cerca de 45,6 milhões de brasileiros – segundo o Censo 2010 – que possuem algum tipo de deficiência. O Viver sem Limite envolve todas as unidades da federação e previa um investimento total de R$ 7,6 bilhões até 2014.
- **Saúde Não Tem Preço**: Também criado em 2011, o programa oferece acesso gratuito a medicamentos para hipertensão e diabetes, beneficiando 33 milhões de hipertensos e 7,5 milhões de diabéticos. De acordo com dados do governo federal, a iniciativa garante uma economia de até 12% por mês para famílias de baixa renda.
- **Crack, é possível vencer**: criado em 2011, é a maior e mais importante ação de combate ao consumo de drogas já criada no Brasil. O programa é baseado em três ações: aumentar a oferta de tratamento de saúde e atenção aos usuários, enfrentar o tráfico de drogas e as organizações criminosas e ampliar atividades de prevenção por meio da educação, informação e capacitação. O plano prevê o investimento de

R$3,92 bilhões com atuação articulada entre governo federal, estados e municípios.

Além de ações de assistência a famílias carentes, o governo federal lançou inúmeros planos e programas de incentivo ao ensino, pesquisa e produção. Os principais são:

- **Plano Brasil Maior (PBM):** criado em 2011, o Plano Brasil Maior reúne um conjunto articulado de medidas de apoio à competitividade do setor produtivo brasileiro. Esse conjunto de medidas visam prioritariamente (i) redução dos custos dos fatores de produção e oferta de crédito para investimentos; (ii) desenvolvimento das cadeias produtivas, indução do desenvolvimento tecnológico e qualificação profissional; (iii) promoção das exportações e defesa do mercado interno. Um dos seus principais programas é a desoneração da folha de pagamento cuja renúncia fiscal para o período 2011-2014 estava estimada em R$ 42 bilhões.
- - **Ciência Sem Fronteiras:** criado em 2011, busca incentivar a pesquisa científica brasileira. É um esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC). O objetivo era o de conceder, até 2015, 101 mil bolsas para promover intercâmbio de estudos brasileiros em universidades do exterior.
- **Pronaf**: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) tem com principal objetivo a destinação de financiamentos a juros baixos e parcelas acessíveis, que estimulem a geração de renda e o melhor uso da mão de obra familiar no meio rural.

O montante global de gastos sociais no orçamento do governo federal, em 2015, foi estimado em R$ 59,7 bilhões de reais, o que equivale 1% do PIB. Somados os 7,5% do PIB correspondentes às transferências do regime geral da previdência temos um gasto total com programas sociais de transferência de renda na ordem 8,5% do PIB, ou seja, um pouco menos do que o Brasil gastou, em 2015, com os encargos da dívida que foi 8,64% do PIB.

É nesse ponto em que as visões neoliberal e keynesiana entram em conflito. De acordo com a visão neoliberal, o gasto público com um estado de bem estar social que não cabe no orçamento levou a um crescen-

te endividamento, que para ser financiado precisa de juros mais altos para atrair a poupança disponível que de outra forma poderia estar financiando o investimento privado. De acordo com essa visão, não faz sentido tentar resolver a crise com mais gastos púbicos. Afinal, você não pode resolver um problema de dívida fazendo mais dívida. Seria como tentar apagar o fogo com gasolina. Desse modo, a saída só poder ser uma: austeridade. Reduzir os gastos privados e o gasto público, reduzir salários e aumentar a poupança para aumentar a confiança dos agentes econômicos e retomar assim um novo ciclo de investimentos em bases mais sólidas, purgando todos os excessos provocados pelo ciclo de crédito fácil e irresponsabilidade fiscal do governo. Esta visão se baseia na ideia de que poupança gera investimento, que gera empregos que, ao final, gera consumo. A solução, de acordo com esse modo de ver as coisas, não é começar pelo fim, aumentando o consumo, seja privado ou público. Ao contrário, a ideia é aumentar em primeiro lugar a poupança por meio de uma política de austeridade. Austeridade seria, assim, a política de cortar o orçamento do Estado para promover o crescimento econômico. Segundo Blyth (2013, p. 2):

> *Austerity is a form of voluntary deflation in which the economy adjusts through the reduction of wages, prices, and public spending to restores competitiveness, which is (supposedly) best achieved by cutting the state's budget, debts, and deficits. Doing so, its advocates believe, will inspire "business confidence" since the government will neither be "crowding-out" the market for investment by sucking up all the available capital through the issuance of debt, nor adding the nation's already "too big" debt.*

Pode-se até pensar em cortar impostos, desde que seja dos mais ricos, que têm maior propensão a poupar e não dos mais pobres que gastarão com consumo cada centavo que tiverem a mais no bolso. Esta é a base da política econômica do lado da oferta (*suply-side economics*) aplicada pelo governo Reagan nos Estados Unidos e por Margareth Thatcher, na Inglaterra, na virada neoliberal no final dos anos 1970 e que a Alemanha tenta hoje impor aos países em crise da União Europeia, sobretudo à Grécia. Essa política traz vários problemas. O primeiro é que, como ficou demonstrado amplamente na Crise de 1930 e, mais recentemente, na crise europeia, é que ela não funciona. Como afirma Blyth (2013, p. 3 – explicações do autor):

> *So PIIGS* [Portugal, Irlanda, Itália, Grécia, Espanha] *cut their budgets as their economies shrank, their debt loads get bigger not smaller, and unsurprisingly, their interest payments shot up. Portuguese net debt to GDP increased from 62 percent in 2006 to 108 percent in 2012, while the interest that pays for Portugal's ten-year bond went from 4.5 percent in May 2009 to 14,7 percent in January 2012. Ireland's net debt-to-GDP ratio of 24.8 percent in 2007 rose to 106.4 percent in 2012, while its ten-year bonds went from 4 percent in 2007 to peak of 14 percent in 2011. The poster child of the Eurozone crisis and austerity policy, Greece saw its debt to GDP rise from 106 percent in 2007 to 170 percent in 2012 despite successive rounds of austerity cuts and bondholders taking 75 percent loss on their holding in 2011. Greece's ten-year bond currently pays 13 percent, down from a high of 18.5 percent in November 2012. Austerity clearly is not working if "not working" means reducing the debt and promoting growth.*

A impossibilidade de políticas de austeridade levarem à autocorreção das crises econômicas já foi demonstrada pelo insuspeito Irving Fisher, um dos mais importantes economistas monetários do período da Depressão nos Estados Unidos. Segundo Blyth (2013, p. 150):

> *Irving Fisher, analyzed how, much to his dismay, depressions do in fact "right themselves" owing to a phenomenon called debt deflation. Simply put, as the economy deflates, debts increase as income shrink, making it harder to pay off the more the economy craters. This, in turn, causes consumption to shrink, which in the aggregate down further and makes the debt to be paid back all the greater.*

Mas se a história tem demonstrado que políticas de austeridade são incapazes de garantir a retomada do crescimento nos países em crise, por que a insistência nesse caminho por partes dos economistas neoliberais?

A resposta é simples: as políticas de austeridade são a única forma de garantir o pagamento dos juros dos títulos da dívida pública em mãos dos bancos e dos grandes investidores. Como afirma Blyth (2013, p. 7): *"Austerity is not just the price of saving the banks. It's the price that banks want someone else to pay"*.

Se por políticas de austeridade se entende o corte do orçamento do governo com objetivo de gerar superávits primários para garantir o pagamento dos juros da dívida pública é evidente que as pessoas nas fai-

xas inferiores de distribuição de renda que dependem mais dos gastos do governo serão mais prejudicas do que aquelas situadas nas camadas mais ricas, pois essas dependem menos dos serviços oferecidos pelo governo. Além disso, essas camadas mais ricas são, de forma geral, credoras do governo, pois detêm de forma direta ou indireta, via fundos de investimentos, os títulos da dívida pública do governo que recebem os elevados juros que continuarão a ser pagos em dia, graças aos cortes no gasto púbico. Desse modo, se de um lado, perdem pouco com os cortes no orçamento, pois dependem pouco dos serviços públicos, ganham muito com os juros altos que remuneram os títulos da dívida pública de que são possuidoras.

No caso do Brasil esse debate pode ser resumido ao binômio juros x salários e benefícios sociais. O governo gasta parte dos impostos que arrecada para pagar os juros para os detentores de títulos da dívida pública, em geral os grandes bancos e grandes investidores que procuram refúgio nesses papéis para valorização de seu capital em uma conjuntura em escasseiam oportunidades de investimentos produtivos rentáveis. Outra parte dos impostos o governo gasta em programas de transferência de renda, sobretudo a previdência social e os programas sociais (como o Bolsa família). O ajuste precisa ser feito cortando em um desses lados: ou corta-se a renda do capital, ou corta-se a renda do trabalho. Esse é o dilema no qual está metido o governo no momento atual: ao mesmo tempo em que mantém uma das taxas de juros mais altas do mundo, vê-se na contingência de aprovar reformas estruturais que apontam para redução dos direitos sociais.

O que podemos nos perguntar é como o governo caiu nessa armadilha, uma "chave de braço" que lhe foi aplicada pelo capital financeiro, deixando-o praticamente sem saída. Teria sido possível evitar a crise? Se a resposta for não, a questão é: o que o governo poderia ter feito e não fez para que ela não fosse tão devastadora?

Quanto à primeira pergunta, penso que não. A economia brasileira representa uma pequena fração da economia mundial; nossas exportações representam algo em torno de 3% das exportações mundiais, se tanto. Se nem a China com todo seu aparato político e econômico não conseguiu evitar que a crise global derrubasse sua taxa de crescimento em pelo menos 3% ao ano, por que o Brasil, uma economia muito mais aberta que a da China, pelo menos no que diz respeito ao fluxo de capitais, não seria im-

pactado pela crise? País nenhum é uma ilha. Mesmo tendo uma fraca inserção nas cadeias globais de produção devido às características estruturais de sua indústria, o Brasil é uma economia altamente internacionalizada.

Resta, finalmente, responder à segunda questão: o que poderia ter feito e não se fez para evitar que as coisas chegassem ao ponto que chegaram?

Para ser coerente com o que expusemos até aqui, não vejo outra resposta que não seja não ter permitido que as taxas de juros alcançassem os níveis que alcançaram. É estranho que em um quadro global de economia estagnada ou em recessão, com taxas de juro zeradas ou negativas nos Estados Unidos, União Europeia e no Japão, o Brasil continue a pagar uma taxa de juros sobre os títulos da dívida pública de 14,5% ao ano. Alegar que tais níveis de juros são necessários para o controle inflacionário não faz sentido em um quadro recessivo tão brutal como o brasileiro. Não tivesse o Brasil de gastar mais de 8,5% do PIB com juros da dívida pública, a situação fiscal seria muito menos dramática. Se a saída é a austeridade, talvez devêssemos começar por aí: cortando os juros.

Referências

BARBOSA, R.; FRANCA, M. Adeus PME, olá Pnad Contínua. *Valor Econômico*, 06 abr. 2016, p. A10, 2016.

BLYTH, M. *Austerity:* the history of a dangerous idea. New York: Oxford University Press, 2013.

BRASIL. *Brasil 2003-2010*, 2010. Disponível em: <http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br/sintese-politica/sintese-politica-versao-impressa>. Acesso em: 07 abr. 2016.

BRESSER-PEREIRA, L.C.; MARCONI, N. Existe doença holandesa no Brasil? In: BRESSER-PEREIRA, L.C. (Org.) *Doença holandesa e industria.* São Paulo: FEV, 2010.

CAMPOS, E.; RIBEIRO, A. Déficit primário do setor público atinge 2,11% do PIB em fevereiro. *Valor Econômico.* 31 mar. 2016, p. A2, 2016.

CHANG, H. *Economia*: modo de usar, um guia prático dos principais conceitos econômicos. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2015.

EL PAIS. Brasil lidera a redução da pobreza extrema, segundo o Banco Mundial. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/23/politica/1429790575_591974.html>. Acesso em: 06 abr. 2016.

GIAMBIAGI, F.; PINHEIRO, A. C. *Além da Euforia*: riscos e lacunas do modelo brasileiro de desenvolvimento. São Paulo: Campus, 2012.

GIAMBIAGI, F.; SCHWARTSMAN, A. *Complacência*: entenda por que o Brasil cresce menos do que pode. São Paulo: Campus, 2014.

NASCIMENTO, F. *Quais são os programas sociais vigentes no Brasil?*, 2013. Disponível em: <http://www.ehow.com.br/quais-programas-sociais-vigentes-brasil-slide-show_41113/#pg=5>. Acesso em: 08 abr. 2016.

OREIRO, J. L. Em busca de um novo modelo macroeconômico. *Valor Econômico*, 07 fev. 2013. Disponível em: <https://jlcoreiro.wordpress.com/tag/tripe-macroeconomico/>. Acesso em: 07 abr. 2016.

REZENDE, F. C. The nature of government finance in Brazil. *International Journal of Political Economy*. v. 38. n. 1, Spring 2009, p. 81-104.

RODRIK, D. *Economic Rules*: the rights and wrongs of the dismal science. New York: W.W. Norton & Company, 2015.

SEABRA, L.; BELLOTO, A. Stuhlberger: no fundo do peço tem um alçapão. *Valor Econômico,* 15 fev. 2016, p. D1.

THE ECONOMIST. Brazil takes off. nov. 12th 200a. Dsiponível em:<http://www.economist.com/node/14845197>. Acesso em:23 set.2016.

ZHIMING, X.; YANFEI, W. Economy stabilizing, data show. *China Daily***,** 16 abr. 2014.